

POLÍTICA



Jorge Bornhausen



Antônio Carlos Magalhães



Mário Assad



Sandra Cavalcanti



Alceni Guerra

Dias difíceis para o PFL

O clima é de rebelião:
os vice-líderes renunciam, Pernambuco rompe com Sarney,
e os dissidentes se articulam.

COVAS

Na liderança, de "coração novo".

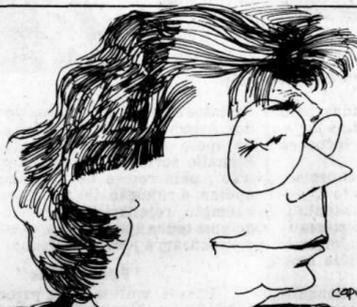
Depois de 50 dias ausente da Constituinte, o senador Mário Covas foi um dos primeiros a chegar ao plenário para a sessão matutina de ontem da Comissão de Sistematização, ocupando a primeira cadeira da primeira fila à esquerda do plenário, lugar reservado à liderança do PMDB. Enquanto recebia cumprimentos e votos de "sucesso com o coração novo", Covas explicava que desta vez está seguindo as recomendações médicas e caminha dois quilômetros diariamente, "um exercício até bom porque encontro os eleitores nas ruas", brincou. Sobre a situação do País, disse que está cada vez mais sem perspectivas, levando os jovens a ir ao Exterior trabalhar ou estudar. Covas disse estar tranquilo em relação ao "centrão", que quer elaborar outro substitutivo para inviabilizar o do relator Bernardo Cabral, até recorrendo ao STF contra o que julga ser descumprimento do regimento. O STF nunca interferiu no Legislativo e isso não vai acontecer agora, numa Constituinte, disse Covas, para quem tudo não passa de uma jogada política.

Uma frente contra a estabilidade

As teses do empresariado brasileiro — contra a estabilidade no emprego, da maneira como está definida no projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, e em defesa da propriedade privada — serão decididas hoje em reunião na Confederação Nacional da Indústria. A Frente da Livre Iniciativa, como se denomina o grupo — integrado por líderes empresariais do comércio, indústria, bancos e agricultura — pretende, a partir de agora, lançar uma larga campanha para influenciar os votos no plenário da Constituinte.

Amanhã, Antônio Ermírio de Moraes, Mário Amato, Roberto Konder Bornhausen e Ronaldo Caiado, entre outros, estarão presentes em nova reunião, na Confederação Nacional da Agricultura, em Brasília, para discutir os temas de seu interesse na Constituinte. Em cerimônia de reativação da União Brasileira dos Empresários, deverá ser decidido o lançamento de uma campanha publicitária para esclarecer a população.

O movimento dos empresários fortaleceu-se há cerca de duas semanas, quando foram definidos os direitos sociais do projeto da Comissão de Sistematização. Desde então, eles se reuniram com sindicatos de empregados, com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e com o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Segundo o senador, se houver acordo entre patrões e empregados, o PMDB se encarrega da alteração do projeto da Constituinte, que somente será possível se votarem 280 constituintes. O senador Albano Franco, presidente da CNI, considera possível um acordo para a substituição da estabilidade por punições pecuniárias — ou multas — para os empregadores que demitiram empregados sem justa causa.



COPVAS

A estatização dos cartórios não passou

A estatização dos serviços notariais e de registro foi rejeitada três vezes ontem pela Comissão de Sistematização, através da votação de diferentes destaques com o mesmo objetivo, dos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Wladimir Palmeira (PT-RJ) e do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), todas obtendo votação majoritária mas sem atingir o quórum de 47 votos para aprovação. Prevalecerá, portanto, para apreciação final do plenário da Constituinte, o texto do anteprojeto do relator Bernardo Cabral, que estabelece, no artigo 119 do capítulo IV, referente ao Poder Judiciário, serem "os serviços notariais e registrais exercidos em caráter privado, por delegação do poder público."

Na sessão matutina, a Sistematização aprovou destaque, do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), alterando a redação do artigo 115, tornando mais objetivas as disposições referentes à instalação de juizados de pequenas causas (juizados especiais) pela Justiça dos Estados, para apreciação de pequenas causas cíveis e infrações penais mediante procedimento oral e sumarrissimo. Não podiam haver uma subjuição para uma subpopulação, ela tem que chegar também aos pequenos, e com rapidez, para que cumpra suas finalidades, disse Arruda Sampaio em defesa de sua proposta, aprovada por grande maioria: 76 votos contra 2.

A votação dos destaques para estatização dos serviços notariais e de registro teve uma atração à parte: o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) estava na Mesa na condição de sub-relator, e é proprietário de cartório no

Rio, tendo atuado em favor da manutenção da privatização desde a instância inicial da subcomissão. Oliveira votou não aos três destaques, mas sua posição foi criticada pelo deputado Luís Salomão (PDT-RJ), citando os regimentos da Constituinte da Câmara que não permitem que parlamentares votem quando está em causa projeto de interesse próprio. Adolfo Oliveira nada respondeu, mas Bernardo Cabral frisou que tal dispositivo não era de sua autoria, surgiu na comissão temática e ele o manteve. Mas também votou contra a estatização.

Competência do STF

À noite, a Sistematização aprovou alteração no texto de Cabral garantindo que sempre que o Supremo Tribunal Federal declarar uma lei inconstitucional deverá fazer uma comunicação ao Senado, para que este suspenda a execução, no todo ou em parte, da lei. A emenda, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), foi aprovada por 74 votos a dois.

A Comissão rejeitou emendas que propunham alterações na composição do STF quanto ao número de seus membros e ao caráter vitalício de suas funções. Foi mantido o texto de Bernardo Cabral, pelo qual o STF compõe-se de 11 ministros, escolhidos entre brasileiros natos, com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, para mandato vitalício.

Foram aceitas emendas do deputado Nelson Jobim suprimindo os seguintes itens que tratam da competência do STF:



Na posse de Napoleão, as duas alas presentes.

Art. 121 — I — processar e julgar, originalmente:

Letra "P" — As causas processadas perante quaisquer juízes e tribunais cuja avocação deferir a pedido do procurador-geral da República, quando ocorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que suspendam os efeitos da decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja devolvido.

Art. 121 — IV — Julgar recurso extraordinário:

Letra "A" — Contra decisões definitivas do Superior Tribunal de Justiça, nos mesmos casos do cabimento do recurso especial, quando considerar relevante a questão federal.

Letra "B" — Quando a decisão do Superior Tribunal de Justiça contrariar manifestamente decisão do Supremo Tribunal Federal.

Pelo texto aprovado na Sistematização, caberá ao STF processar e julgar, originalmente: a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual; nos crimes comuns, o presidente da República, o primeiro-ministro e os ministros de Estado, os membros do Congresso Nacional, os próprios ministros do STF, o procurador-geral da República e os membros do Conselho Nacional de Justiça.

Também nas infrações penais comuns será responsabilidade do Supremo Tribunal Federal julgar os membros dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O ministro do TST critica o substitutivo

A determinação de que a Justiça do Trabalho poderá criar normas em dissídios coletivos é extremamente perigosa, segundo um dos 17 ministros do Tribunal Superior do Trabalho, Marco Aurélio Mendes de Faria Mello.

A regra consta do projeto do deputado Bernardo Cabral, e deverá ser votada hoje ou amanhã na Comissão de Sistematização.

A proposta determina, no artigo 32, que legislar sobre direito do trabalho é competência da União, mas abre uma exceção, no artigo 132, ao dar aos 15 tribunais regionais e ao TST o direito de legislar em dissídios coletivos. "Em cada dissídio, se for aprovado o dispositivo, haverá uma regra diferente, e ficará quebrada a unidade do Direito do Trabalho", avisa o ministro.

Hoje, o Judiciário faz incidir o direito sobre o caso concreto. Nenhum tribunal pode criar regras que excedam a lei. Bernardo Cabral deu apenas à Justiça do Trabalho este novo poder. Conforme explicou Farias de Mello, a ideia foi retirada da italiana Carta Del Lavoro, de 1927, que não mais vigora naquele país: "É um resquício do corporativismo", disse ele.

Na opinião do ministro, não só este artigo deveria ser rejeitado pela Comissão de Sistematização, mas também deveria deixar de existir o dissídio coletivo de natureza econômica. Para ele, os reajustes salariais deveriam ser decididos exclusivamente através de acordos entre patrões e empregados: "As categorias profissionais, tendo a

greve como forma de pressão, negociariam sem ter que abrir mão de determinados direitos", disse ele.

O TST julga hoje um número excessivo de processos, tanto que o projeto de nova Constituição prevê a elevação do número de ministros de 17 para 27. Os dissídios coletivos de todas as categorias são julgados todos os anos. Ontem mesmo, as turmas do TST estavam revendo sentenças de 1982. Segundo o ministro, casos como o dos bancários de São Paulo, que obtiveram 56% de reajuste no Tribunal Regional do Estado, só deverão ter a decisão definitiva de seu dissídio dentro de três anos, quando provavelmente será julgado o recurso dos banqueiros, que ainda não chegou ao tribunal.

O barco do PFL está fazendo água. A tempestade que atinge o partido levou ontem quatro vice-líderes à renúncia (motivo alegado: a tentativa do líder José Lourenço de substituir os parlamentaristas da Comissão de Sistematização da Constituinte por presidencialistas); ainda ontem o Diretório Regional de Pernambuco decidiu romper com o governo, independentemente do Diretório Nacional, e apoiar diretas para presidente em 1988; e os dissidentes, liderados pelo senador Carlos Chiarelli (que amanhã entrega à bancada a liderança do partido no Senado), pelo ex-ministro da Educação, senador Jorge Bornhausen, e o deputado Lúcio Alcântara, discutem hoje à noite documento em que criticam a hesitação do governo, e a própria incapacidade do PFL de transmitir suas ideias e seu programa ao eleitorado.

No ofício em que renunciam à vice-liderança, os deputados Alceni Guerra (PR), Sandra Cavalcanti (RJ), Mário Assad (MG) e José Thomaz Nonó (AL) se dizem "perplexos" com a tentativa do líder José Lourenço (BA) de substituir os parlamentaristas por presidencialistas na Comissão de Sistematização, e "indignados com esta manobra tão pouco liberal, inepta na forma e profundamente antidemocrática em substância".

O documento n.º 280/87 foi entregue a José Lourenço por Alceni Guerra, a portas fechadas, mas depois os dois deram entrevistas em tom cordial. Lourenço disse que "já tinha demitido a Sandra da vice-liderança hoje de manhã (ontem). Esperei até as 10 horas a carta-renúncia e como não chegou assinei o ato a pedido dos outros três". Na verdade, Lourenço ainda tentou impedir que os signatários lhe entregassem pessoalmente o documento de renúncia, permanecendo no plenário da Comissão de Sistematização, o que frustrou a entrega formal pretendida pelos quatro.

Procurando minimizar a questão, Lourenço atribuiu a dispensa de Sandra Cavalcanti ao fato de ele "ter sido um pouco cômico no seu tratamento para comigo. Eu também fui cômico. Desliguei-a por suas atitudes". E acrescentou: "Nós temos 15 vice-líderes. Estão saindo apenas quatro. Outros companheiros já pediram para ocupar este lugar. Sábado, por exemplo, designei meu vice-líder o deputado José Lins (PFL-CE), que é parlamentarista".

Já Alceni Guerra concluiu que "avançamos mais um passo em direção à dissidência partidária".

Os dissidentes

Já o deputado Lúcio Alcântara reuniu, em sua casa, parlamentares que desejassem examinar e eventualmente apoiar o documento dos dissidentes, cujo texto final será definido hoje à noite. Segundo o ainda líder Carlos Chiarelli "terá 15 páginas numa versão analítica, e duas numa versão compacta". Alcântara antecipou que "faremos uma análise da evolução política brasileira, dos ciclos do populismo e do autoritarismo, da debilidade dos partidos políticos, da origem do PFL, de seu desempenho político e eleitoral, de suas limitações, de sua incapacidade de transmitir o programa à sociedade e das frustrações que a Nova República trouxe para o País".

Lúcio Alcântara fez questão de frisar que "não é documento de rompimento com o governo. O documento sugere que o PFL rejeita sua posição. É um grito de alerta ao PFL, que se deve voltar mais para a sociedade e menos para o governo".

Carlos Chiarelli, no entanto, por pregar o rompimento, reúne a bancada do Senado amanhã para entregar a liderança, posição que também divide o partido. O governista João Lobo (PFL-PI), por exemplo, eufórico com a nomeação do conterrâneo Hugo Napoleão para o Ministério da Educação, prega a substituição de Chiarelli: "Vamos escolher um líder menos brabo. Pode publicar que aceito o lugar". Já o opositorista José Agripino (PFL-RN) adverte: "Por dever ético, ele vai submeter a liderança ao crivo de seus pares. No meu entender, vai ser confirmado. Tirá-lo da liderança será o fracasso inexistente do partido".

Pernambuco contra

Em Recife, bem que o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, tentou conter os ânimos e as teses defendidas por lideranças de expressão como o ex-ministro do Interior, Joaquim Francisco, e Roberto Magalhães. Mas, como se esperava, venceu a tese do rompimento com Sarney e da defesa de eleições presidenciais em 88.

Além disso, o Diretório Regional de Pernambuco manifestou sua preocupação com "a excessiva demora na conclusão do processo de transição democrática". Na verdade, o descontentamento do deputado Joaquim Francisco e do ex-governador Roberto Magalhães era tal, antes mesmo dessa reunião de ontem, que os dois prometiam abandonar o PFL caso os companheiros não decidissem pelo rompimento.

Marco Maciel afirmou que sua missão, agora, é trabalhar junto às várias facções do partido, para que até a convenção — adiada para depois do fim da Constituinte — o partido esteja consciente do que deseja e realmente possa adotar a pretendida posição de verdadeiro opositorista ao governo Sarney". Até lá, no entanto, embora pregasse, antes.

Apesar das dissensões, a solenidade de posse do novo ministro da Educação, Hugo Napoleão, foi prestigiada ontem pelas duas alas do partido, o PFL, inclusive com a presença do seu governista e ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e do opositorista e ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen.

Mas a nota dissonante foi dada pelo substituto de Napoleão no Senado, Álvaro Pacheco (PFL-PI), que em seu discurso de estreia, ontem mesmo, atacou a Constituinte e provocou a repulsa unânime do plenário. Pacheco é poeta, jornalista e amigo pessoal do presidente Sarney.